

AS PERSPECTIVAS DO NOVO PROCESSO CIVIL

FÁTIMA NANCY ANDRIGHI *

*Desembargadora do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e Territórios*

É por demais envaidecedor poder participar deste XIV Congresso Brasileiro de Magistrados, na qualidade de painelistas, em companhia de tão iluminados processualistas. Por outro lado, uma temeridade ter aceito tão honroso convite, porque poderei, com minha humilde participação, abrandar no brilho do evento.

Preliminarmente, desejo agradecer a generosidade do convite que me foi formulado pelos Exmos. Srs. Ministro Cesar Asfor Rocha, digníssimo Presidente de Honra desse evento e o Des. José Maria de Mello que muito me honrou, deixando evidenciadas, mais uma vez, a amizade e a benevolência com que me tratam. Devo a ambos um dos momentos mais significativos de minha vida profissional.

Agora, uma palavra necessária de elogio à grandiosidade deste Congresso, cujo sucesso já se antevia, mas que ora vivenciado se mostra muito maior. Congratulo-me com a equipe organizadora de tão festejado evento, capitaneada pelo Des. José Maria de Mello, pelo magnífico trabalho desenvolvido, deixando estreme de dúvida que o XIV Congresso Brasileiro de Magistrados será um marco inesquecível na história do Poder Judiciário.

É muito difícil ter alguma informação processualmente relevante a dizer quando se está à mesa de trabalho com os dois maiores expoentes do Direito Processual Civil brasileiro. Sua Excelência, o Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, a respeito de quem tive a oportunidade de afirmar, ao longo da 5ª Semana de Altos Estudos, realizada na cidade de

Manaus, que pode ser comparado ao guerreiro da luz, incansável e entusiasta, arquiteto e idealizador da reforma do Código de Processo Civil.

Sob seu comando, otimista, contumaz, resolveram-se todas as contramarchas vivenciadas na tramitação dos projetos de lei e conseguiu-se levar a bom termo o sonho dos juristas que se empenham na reforma, na busca da efetividade da Justiça.

Sua Excelência, o Min. Eduardo Ribeiro, de quem tive a felicidade de ser juíza auxiliar na 2ª Vara Cível de Brasília, onde muito aprendi, logo depois, foi guindado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, onde nos deixou as mais brilhantes, eruditas e justas decisões, sendo por nós todos reverenciado como Processualista do nosso Tribunal. E para a nossa tristeza, mas para a alegria da nação, interpreta, hoje, com magnífica proficiência, a lei infraconstitucional, no uso da inteligência rara de que é detentor e do pragmatismo invejável no manuseio do Direito.

Podem os ilustres participantes deste congresso imaginar como estou me sentindo nesta mesa. Devo, no entanto, cumprir minha missão e, com o beneplácito destes dois luminares do Direito Processual Civil, ousar fazer algumas considerações sobre as perspectivas do Novo Processo Civil.

A legislação reformista pautou-se no sentido de localizar os pontos de estrangulamento do processo e, então, criar mecanismos de desburocratização com o fim precípuo de acelerar a obtenção da tutela jurisdicional. Este objetivo foi alcançado com a introdução de tutelas diferenciadas no Processo Civil, tais como:

- 1) significativa ampliação do rol de títulos executivos;
- 2) a introdução do instituto de antecipação da tutela aplicável a todos os procedimentos que integram o processo de conhecimento;

3) a introdução de mais um procedimento especial de jurisdição contenciosa – a ação monitoria;

4) a ênfase ao dever do juiz tentar a qualquer tempo a conciliação.

Na verdade, todos os instrumentos processuais de aceleração da marcha processual, para se alcançar a prestação jurisdicional, visam evitar que o jurisdicionado só venha a obtê-la após submeter-se ao reconhecidamente caro e moroso processo de conhecimento.

Inegavelmente, com a reforma, nova perspectiva surgiu para o Direito Processual Civil, encaminhando-o para a adequação de um processo de resultados, no dizer de Giuseppe Chiovenda, ou seja, um processo dotado de mecanismos apropriados para tutelar todos os direitos e, principalmente, a garantia da utilidade das decisões.

Sob o aspecto internacional verificam-se inegáveis reflexos no Direito Processual Civil constatados com a edição do Código Tipo para a América Latina.

Tem-se cogitado, com insistência, sobre uma possível unificação do Processo Civil para a América Latina. Trata-se de um intenso trabalho desenvolvido sob os auspícios do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual, presidido pelo emérito professor uruguaio Enrique Véscovi e secretariado pelo ilustre processualista brasileiro Prof. José Carlos Barbosa Moreira.

O referido Instituto, além das jornadas de estudos, trabalhos e discussões científicas, tem como meta o trabalho em prol da unificação da legislação processual Latino-americana.

É inegável que entre os países latino-americanos surge, de maneira cada vez mais acentuada, a idéia de integração. Isto se observa, principalmente, a partir da criação dos chamados mercados comuns. No

mundo atual, para que os países possam participar do mercado internacional, é indispensável a busca da integração. É o que está se verificando, por exemplo, próximo a nós, com a implantação do Mercado Comum do Sul – o denominado Mercosul. Sem dúvida que sempre essas formas de integração se verificam, primeiramente, no âmbito do mercado de trabalho, da indústria e comércio, e somente mais tarde fundam-se organismos adequados para resolver os conflitos oriundos da internacionalização das relações jurídicas, fato comprovável através da experiência do Mercosul, posto que não foi instituído um tribunal de justiça supranacional para solucionar os conflitos oriundos dessa integração de países.

O Código de Processo Civil Modelo para a Ibero-américa já está produzindo resultados e a legislação reformista, acompanhando o proveitoso trabalho desenvolvido, transportou para o Código de Processo Civil, a título de exemplo, a audiência de conciliação, instituindo um momento próprio, especial para a sua realização, isto é, após o encerramento da fase postulatória, fase esta que propicia ao juiz a possibilidade de sopesar o direito postulado por ambas as partes. O que se busca com esta audiência, denominada preliminar pelo Código Tipo, e agora integrada ao nosso Código de Processo Civil no art. 331, é, na verdade, provocar o comparecimento pessoal das partes, cujo contato com o Juiz é de suma importância, e, ainda mais, porque constitui um direito de todo o cidadão ter o seu dia na Justiça e ser ouvido sobre seus problemas jurídicos.

A Exposição de Motivos do Código Tipo adverte que suas normas não têm a pretensão de reger efetivamente nenhum país, salvo a possibilidade de um dia os países ibero-americanos ou ao menos, latino-americanos, constituírem-se numa Federação ou Confederação de Estados.

Na verdade, a redação de muitas disposições tem um simples conteúdo programático, que mesmo antes de ser implantado ou implementado já serviu para fornecer subsídios para o nosso Processo Civil, constituindo, sem dúvida, uma perspectiva de influência internacional sobre a nossa legislação interna.

Ainda no âmbito internacional, as perspectivas do Processo Civil experimentam além da influência do Código Tipo ou Código Modelo para a América Latina a do **Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa**, promulgado entre o Brasil e a Argentina, de 20-08-91, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 47/95.

Nos termos do Decreto 1.560, de 18-07-95, publicado no Diário Oficial da União em 19-07-95, subscrito pelo Ministro das Relações Exteriores de ambos os países, o Brasil e a Argentina comprometeram-se a prestar assistência mútua e ampla cooperação judiciária em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa, ficando o Ministério das Relações Exteriores de cada Estado Contratante como a Autoridade Central encarregada de receber e fazer instruir os pedidos de assistência judiciária.

Este ato de cooperação judiciária com a Argentina contém inúmeras regras processuais relativas à facilitação para o cumprimento de cartas rogatórias, devendo ser salientada a importância do disposto no Capítulo V, *verbis*:

Reconhecimento e execução de sentenças judiciais e laudos arbitrais

Artigo 17

1. As disposições do presente capítulo serão aplicadas ao reconhecimento e execução das sentenças judiciais e laudos arbitrais pronunciados nas jurisdições dos dois Estados, em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa.

2. As mesmas disposições serão igualmente aplicadas às sentenças em matéria de reparação de danos e de restituição de bens, pronunciadas em jurisdição penal.

Com este dispositivo exsurge uma nova perspectiva no Direito Processual Civil, na medida em que as sentenças judiciais e os laudos arbitrais acima referidos terão validade extraterritorial nos Estados Contratantes, desde que revestidas das formalidades para serem consideradas autênticas no Estado de onde procedem, quais sejam: emanem de órgão jurisdicional ou arbitral competente, que tenha sido citado o réu e garantido o seu direito de defesa e, ainda, que contenham força de coisa julgada e/ou sejam dotados de executoriedade no Estado em que foram proferidos, admitindo-se, então, a execução do título judicial constituído em outro país.

Portanto, a Cooperação Judiciária Brasil-Argentina admite a validade e execução das sentenças e laudos arbitrais proferidas em seus territórios como forma de efetividade do direito dos cidadãos e os residentes permanentes de um dos Estados, que gozarão, na verdade, das mesmas condições que os cidadãos e residentes permanentes do outro Estado, permitindo-lhes o livre e recíproco acesso às jurisdições dos Estados-contratantes para a defesa de seus direitos e interesses.

Por fim, outra perspectiva para o novo Processo Civil é o advento da Lei que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que será sancionada no próximo dia 26 de setembro, e que constitui uma grande esperança para o povo brasileiro.

Ouso afirmar que o advento dos Juizados Especiais se configurará em um divisor de águas na história do Poder Judiciário brasileiro.

Depois de seis longos anos de tramitação no Congresso Nacional, o Poder Legislativo nos entrega o diploma processual mais esperado pelo Judiciário. Não posso deixar de registrar, nesta hora, o

empenho dos ilustres deputados Ibraim Abi Ackel, Regis Fernandes, Michel Temer e Antonio Trad no plenário da sessão da Câmara dos Deputados do dia 30-08-95, para nós juízes dia inesquecível.

O ilustre Min. Sepúlveda Pertence no significativo discurso de sua posse afirmou que a Lei dos Juizados Especiais se constitui numa das alternativas mais alvissareiras da Constituição ao descongestionamento, ao custo e à lentidão das estruturas judiciais ordinárias. Foram palavras proféticas, cabendo agora, a cada Tribunal, implementar sua lei estadual para atender ao justo reclamo do jurisdicionado de falta de acesso ao Judiciário.

Trata-se da implantação no Direito Processual Civil de um procedimento denominado constitucionalmente de sumaríssimo e que deverá orientar-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

Temos o instrumento legal nas mãos, falta-nos recursos humanos (maior número de juízes) e recursos materiais (informática, espaço físico) para instalarmos, desde o início, uma Justiça adequada aos fins para os quais foi constitucionalmente instituída.

A modernização do Direito Processual Civil e a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, reclamada há muito pela consciência nacional como uma necessidade vital à recuperação da imagem do Poder Judiciário e para que atinja a finalidade social, não se basta na modificação dos institutos processuais (que são quase sempre os mesmos quanto à natureza, e os seus fins), mas precipuamente no modo de aplicação destas normas.

Modernizar, segundo Rev. Padre Lebre, não significa destruição radical das estruturas existentes, mas assimilação do progresso científico e tecnológico da civilização cultural.

O Juizado Especial Cível e Criminal não rompeu com o passado processual, nem abandonou o valor da experiência vivenciada, mas deu-lhe nova visão, adequou o modo de aplicação de maneira a propiciar ao jurisdicionado uma Justiça rápida que garanta todos os direitos individuais.

A tarefa de implantação é que tem, no momento, particular importância. As novas regras processuais que regulam os Juizados Especiais Cíveis e Criminais depuraram os institutos, mantendo apenas o essencial e o imprescindível para garantir os direitos individuais e a ordem pública. A grande meta da nova Lei é a **simplificação** que tem como consequência a celeridade na marcha das ações, a brevidade na conclusão das causas e ausência de custo, que sem dúvida são condições capazes de possibilitar a distribuição, sem retardos, da Justiça.

De nada valerá este importante instrumento processual se implantarmos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais com a mesma mentalidade que orienta a criação de uma Vara Cível ou Criminal da Justiça comum que, reafirme-se, é tradicional e burocrática. Há que se desregrar, deformalizar, simplificar, desburocratizar, buscando soluções simples para a sua instalação e funcionamento.

É necessário modificar as Organizações Judiciárias, pois a aplicação eficaz da nova Lei depende desta modernização.

A instituição dos Juizados Especiais foi inspirada na bem-sucedida experiência dos Juizados de Pequenas Causas, orientado pela Lei 7.244/84, que visava, precipuamente, afastar o excesso de tecnicismo e rigorismo das formas, para que prevalecesse a instrumentalidade do processo, cujo trabalho tem como grande maestro o juiz.

O sucesso dessa Justiça Especial só advirá se for assimilado que, segundo o Prof. Kazuo Watanabe, **o dinamismo do magistrado é a**

própria alma do Juizado, na medida em que não poderá relegar ou protelar decisões que reclamam imediatidade e presteza.

Assim, se não for meditada, planejada e montada uma estrutura de secretaria especial, desburocratizada para o funcionamento dos Juizados Especiais, de nada adiantará o avanço processual que a nova Lei nos põe à disposição, porque, no momento da sua aplicação nos depararemos com estruturas arcaicas inconcebíveis para a realidade da virada do milênio.

Na esfera cível tem o Juizado Especial competência para conciliar, processar e julgar as causas cíveis de menor complexidade.

São os seguintes os critérios para determinação das causas de menor complexidade:

1. cunho econômico

O primeiro critério é de cunho econômico, se refere ao valor dado à causa, que de acordo com o inciso I do artigo 3º não poderá exceder a quarenta vezes o salário mínimo. Houve, portanto, ampliação considerando o disposto na Lei 7244/84.

2. de acordo com a matéria

O segundo critério utilizado foi, de acordo com a matéria selecionando a lei, as causas que envolvam questões de menor complexidade e, ainda, matérias que a lei especial dispuser quanto ao Juízo competente para tramitação.

1. as causas enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

2. a ação de despejo para uso próprio (Lei nº 8245/91 – art. 80);

3. as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta salários mínimos;

4. as controvérsias oriundas das relações de consumo – art. 5º, inciso IV, do C.D.C;

5. a execução dos seus julgados;

6. execução dos títulos executivos extrajudiciais.

A abrangência da competência da nova Lei é extensa, não podendo ser olvidado que o uso dessa via procedimental é facultativo nos termos do art. 3º, § 3º. Contudo, não devemos ter preocupação com o possível esvaziamento das Varas comuns por duas razões: **a uma**, porque estas questões abrigadas pela nova Lei não chegavam, até então, ao conhecimento do Judiciário, seja porque a parte não reclamava seu direito, seja por causa do alto custo do processo; **a duas**, porque só as pessoas físicas podem reclamar perante o Juizado.

O novo Diploma legal nos impõe especial atenção para a observância do princípio da oralidade, que deve ser cumprido e viabilizado pelo juiz, seja em favor do autor que se dirige pessoalmente ao balcão do Juizado para formular seu pedido, seja em favor do réu, que também pessoalmente se defende na audiência, quando frustrada a conciliação.

O Juiz tem que se preparar para esta nova experiência. Não pode deter-se na exigência de solenidades desnecessárias. É o cidadão, com a sua linguagem simples, que postula o seu direito, e o outro, que com a mesma linguagem, se defende. Assim, a declaração de invalidades processuais deve ser mitigada sobremaneira, só se proclamando o vício nos atos processuais diante de irreparável prejuízo. Essa nova postura para a aplicação do princípio das invalidades visa evitar a repetição de atos processuais desprezado o excesso de rigorismo.

Além do caráter dúplice, dado pela nova Lei a todos os pedidos, a proibição expressa de intervenção de terceiro e adoção de mecanismos com vistas a obstacular ou pelo menos diminuir o número de recursos, chama-se especial atenção para o disposto no art. 38. Este dispositivo não admite a prolação de sentença condenatória com quantia ilíquida, mesmo que o pedido formulado tenha sido genérico. Esta exigência legal obrigará o juiz a proferir sentença líquida apta a ingressar de imediato no processo de execução, evitando a conhecida morosidade da liquidação da sentença.

Por fim, gostaria de salientar a ênfase dada pela nova Lei à conciliação, que deve ser observada tanto no processo de conhecimento, quanto no processo de execução, quando este for fundado em título executivo extrajudicial, novidade instituída pelo legislador.

Não se pode olvidar, também, que há juizes com mais aptidão que outros para conduzir as partes à conciliação. Por isso, é necessário que os tribunais meditem antes de eliminar ou extinguir os Juizados Informais que poderão, na verdade, servir de verdadeiro filtro para o acesso aos Juizados Especiais. Mantidos os Juizados Informais, as partes somente comparecerão perante o Juiz togado quando infrutífera a tentativa de conciliação presidida pelo juiz leigo ou conciliador, assegurando-se com esse procedimento maior disponibilidade para o juiz togado conduzir as instruções.

Encerro minha modesta intervenção reproduzindo as sábias palavras do precursor de tantas e imprescindíveis mudanças no Direito Processual Civil Brasileiro, nosso mestre Min. Sálvio de Figueiredo, proferidas no XII Congresso Brasileiro de Magistrados:

que ao aproximar-se a excitante virada do século nestes tempos de extraordinárias transformações nos campos político e ideológico, quando países se agregam em comunidades econômicas, nações se libertam e fronteiras estão em constante mutação, regimes totalitários e carismáticos se esfacelam e uma onda de liberalismo varre

os horizontes, quando a pobreza cede lugar à miséria, a violência invade os lares, a ciência e a tecnologia atingem patamares inacreditáveis e os sonhos povoam os corações dos que acreditam no amanhã, cabe, a todos nós, missão relevante, árdua, mas grandiosa e bela.

A missão a que se referia é a de criar um novo processo e com ele uma nova Justiça que é confiada, principalmente, a nós magistrados, no difícil desafio de laborar dentro de um quadro de crise, incertezas e perplexidades. Porém, é necessário ter esperança e acreditar nos sonhos, como nos aconselhou o Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira.